

Aspectos de gênero na caracterização de jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: família, classe e cuidado¹

DIAS, Tamille Sales
Universidade de Brasília
tamille.dias@gmail.com

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales
Universidade de Brasília
nogales@unb.br

Resumo

As desigualdades estruturais que levam os/as jovens a crescentes dificuldades para incorporarem-se ao mercado de trabalho, a particular concentração de pobreza nesse segmento da população, os atrasos e desigualdades educacionais, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, assim como as barreiras históricas de mobilidade social, se contam entre alguns fatores que devem ser levados em consideração para definir e analisar a questão dos/as jovens que não estudam e nem trabalham, grupo frequentemente identificado como *nem-nem*. O objetivo deste artigo está em discutir, especialmente, aspectos de gênero no que diz respeito à significativa prevalência de mulheres entre jovens *nem-nem*, de 15 a 29 anos, no Brasil. São problematizadas questões de formação de família, maternidade e cuidado com afazeres domésticos, a partir de análise descritiva de dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio de 2014. Os resultados obtidos contrariam a presunção de ociosidade das pessoas que não estão na escola ou no mercado de trabalho; em particular, as *nem-nem*, longe de “não fazerem nada”, dedicam muitas horas às formas de trabalho “invisíveis”, em que 90,8% delas se dedicam aos afazeres domésticos e 62,8% delas já tiveram filho. Esses resultados convergem com aqueles da revisão de literatura, com relação às mais altas taxas de fecundidade entre as *nem-nem* e a participação persistente das mulheres nos trabalhos de reprodução da sociedade. Um ponto importante no qual há um contraste entre áreas vulneráveis e não vulneráveis é quanto à menção feminina de que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos motivaram sua opção pela inatividade, sendo este um motivo assumido com maior frequência entre as mulheres de áreas vulneráveis. Muitas vezes conduzidas a papéis de gênero tradicionais desde pequenas, e vítimas da segregação educacional, os horizontes de possibilidades dessas jovens são limitados ao que a comunidade pode oferecer. Conclui-se que a questão de gênero na transição para vida adulta pode ser um fator explicativo da grande prevalência de *nem-nem* entre as jovens mulheres. A questão *nem-nem* no Brasil representa menos uma problemática no campo do mercado de trabalho do que uma questão interseccional entre gênero e classe, à luz das desigualdades sociais. Diferentemente dos países do Norte global, onde a questão *nem-nem* tem sido vinculada à crise de empregos, no Brasil, a problemática assume face mais complexa e imbricada aos fatores da estrutura social.

Palavras-chave: Nem-nem, juventude, gênero

¹ Artigo apresentado no Grupo de Trabajo “Sociología de la Niñez, Juventud y Envejecimiento” do XXI Congresso Latinoamericano de Sociología, em dezembro de 2017, Montevideu-Uruguai.

Aspectos de gênero na caracterização de jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: família, classe e cuidado²

DIAS, Tamille Sales
Universidade de Brasília
tamille.dias@gmail.com

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales
Universidade de Brasília
nogales@unb.br

Abstract

Structural inequalities that lead young people to growing difficulties in joining the labor market, the particular concentration of poverty in this segment of the population, educational delays and inequalities, sexual division of labor and gender inequalities, and the historical barriers of social mobility are among some factors that must be taken into account to define and analyze the issue of young people who do not study or work - NEET. The objective of this article is to discuss especially gender aspects regarding the significant prevalence of females among young NEET, aged 15 to 29, in Brazil. The issues of family formation, maternity and domestic tasks are discussed, based on a descriptive analysis of data from the National Household Sample Survey of 2014. The results obtained contradict the presumption of idleness of NEET people; in particular, women, far from "doing nothing", devote many hours to "invisible" forms of work, in which 90.8% of them are dedicated to domestic tasks and 62.8% of them have already had children. These results converge with those of the literature review, in relation to the highest fertility rates among the NEET and the persistent participation of women in the reproduction work of the society. An important point in which there is a contrast between vulnerable and non-vulnerable areas is the female mention that household chores and child care motivated their choice of inactivity, a reason frequently assumed among women in vulnerable areas. Often driven to traditional gender roles since childhood, and victims of educational segregation, the horizons of these young women's possibilities are limited to what the community can offer. It is concluded that the gender issue in the transition to adulthood may be a factor explaining the high prevalence of NEET among young women. The NEET issue in Brazil represents less a problem in the field of the labor market than an intersectional question between gender and class. Unlike the countries of the global North, where the issue has been linked to the employment crisis, in Brazil the problem assumes a more complex and imbricated relationship with social structure factors.

Key-words: NEET, youth, gender

² Artigo apresentado no Grupo de Trabajo "Sociología de la Niñez, Juventud y Envejecimiento" do XXI Congresso Latinoamericano de Sociologia, em dezembro de 2017, Montevideu-Uruguai.

INTRODUÇÃO

A questão nem-nem, como tem sido correntemente abordada na literatura científica, reside na ausência dos jovens dos processos de socialização típicos da transição para a vida adulta. Se a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social (ABRAMO, 1997). É nesse sentido que a questão dos jovens nem-nem tem estado presente para o pensamento e para a ação social assumindo a face de “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. Essa perspectiva teórica pode ser contestada, na medida que se observa que a composição da categoria nem-nem é heterogênea em demasia. Isto significa que a abordagem de vulnerabilidade, risco ou problema social, não se dá da mesma forma para todo o contingente populacional.

É importante, portanto, situar a questão nem-nem na estrutura social como um todo: identificar quais elementos que condicionam suas vulnerabilidades, em particular, as desigualdades estruturais que levam os jovens a crescentes dificuldades para incorporarem-se ao mercado de trabalho, a especial concentração de pobreza nesse segmento da população, os atrasos e desigualdades educacionais, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, assim como as barreiras históricas e tradicionais de mobilidade social.

Este artigo se propõe a investigar exclusivamente aspectos relacionados à questão de gênero na caracterização da questão nem-nem, traduzidas na leitura quantitativa de dados da PNAD-2014, no que concerne às características familiares dessas jovens.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- **A transição para vida adulta**

Pesquisas recentes sobre transição para vida adulta (CAMARANO *et al.*, 2006; VIEIRA, 2009; BOTELLHO, ARAÚJO e CODES, 2016) apontam que a transição tem um forte componente de gênero. Casamento, maternidade e constituição de família e domicílio, independentemente da inserção no mercado de trabalho, são ainda elementos

definidores da transição para a vida adulta das mulheres. Ao avaliarem-se as mudanças da transição para a vida adulta nas séries históricas, a transição das mulheres experimentou mais transformações que a masculina. O aumento da escolaridade feminina levou ao incremento da sua participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a que aumentasse o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho. No entanto, permanece alto o percentual de mulheres que fizeram a transição via constituição de família (CAMARANO *et al.*, 2006).

Percebe-se, então, que, logo na adolescência, importantes diferenciais de gênero marcam a tônica da transição para a vida adulta. Para as mulheres, há certa centralidade das transições familiares como fator de abandono escolar e aceleração da entrada na vida adulta, enquanto entre os homens, os interesses estão mais centrados no trabalho e na obtenção de renda, mesmo que isto implique sacrificar os estudos (VIEIRA, 2009; CAMARANO *et al.*, 2006).

Vieira (2009) também comenta que os papéis de gênero assumem uma função preponderante na decisão de sair do sistema educacional e ascender à vida adulta. A divisão sexual do trabalho, que delega aos homens o papel de provedor e às mulheres o papel de cuidadora/reprodutora, dá sinais de estar ainda em vigor, sendo um dos aspectos fundamentais do processo decisório do abandono escolar, conforme apontam as supracitadas autoras.

Há também de se levar em conta que o trabalho, o casamento e a maternidade (muitas vezes mais que a paternidade) são valores (ALMEIDA, M., 1987; ALMEIDA, P., 2002 apud VIEIRA, 2009), e como tais podem ser estimulados ou coibidos sob determinadas condições, segundo a visão de mundo compartilhada pelos membros de uma coletividade (VIEIRA, 2009).

Um ponto importante no qual há um contraste entre áreas vulneráveis e não vulneráveis é quanto à menção feminina de que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos motivaram sua opção pela inatividade, sendo este um motivo assumido com maior frequência entre as mulheres de áreas vulneráveis (VIEIRA, 2009). Como apontam Heilborn e Cabral (2006), parte significativa de mães adolescentes de baixa renda e seus parceiros já estava fora da escola quando ocorreu a gravidez. Várias delas já cuidavam dos irmãos e vizinhos, portanto, não tinham no seu horizonte de expectativas a aspiração a um futuro muito diferente daquele que vivenciavam.

Vale uma pequena digressão a respeito das tarefas de cuidado: até hoje, as mulheres têm sido as principais cuidadoras das crianças e idosos, realizando as tarefas rotineiras e dando coesão às relações entre as gerações. Os homens e as mulheres brasileiros têm direitos iguais perante a lei, mas, no que diz respeito ao cuidado dos dependentes, as normas culturais ainda refletem uma expectativa maior sobre as mulheres do que sobre os homens. Às mulheres, histórica e culturalmente, cabem os cuidados com a casa e com a família, e, metonimicamente, com a reprodução da sociedade (FONTOURA e BONETTI, 2010; GOLDANI, 2004).

Adotando-se uma perspectiva histórica, no mundo ocidental, tem-se o cuidado como um valor social relativo à intimidade, ao afeto e à personalidade (TRONTO, 2002). Ele está associado, portanto, à esfera do privado, espaço por excelência da família, tomada como uma instituição humana universal, lugar do afeto e da cooperação e que se constitui em uma oposição simbólica ao mundo público, do trabalho, da política (COLLIER; ROSALDO; YANAGISAKO, 1992 apud FONTOURA e BONETTI, 2010). De outro lado, somando-se a essa perspectiva histórica de gênero, esse significado estrito do cuidado tradicionalmente dota de sentido um modelo hegemônico de feminilidade ocidental (TRONTO, 1997).

Desta forma, a condição nem-nem se representa, muitas vezes, o interstício entre a escola e o trabalho, em uma dinâmica reversível e não linear. As razões para saída da escola e permanência na inatividade são, como discutido, muitas vezes motivadas por questões de gênero importantes, que atrelam às pessoas do sexo feminino, a assunção de papéis familiares. O tópico abaixo ilustra essa relação mais claramente.

- **Questão nem-nem e aspectos de gênero**

A revisão de literatura sobre jovens nem-nem no Brasil mostra que ser mulher, ter filhos, possuir baixa escolaridade e baixa renda domiciliar são características fortemente associadas à propensão de estar nessa condição, tal como indicado em Simões (2015), Costa e Ulyssea (2014), MDS (2013), Monteiro (2013), Camarano e Kanso (2012) e Camarano, Mello e Kanso (2006).

Houve uma considerável redução na proporção de nem-nem observada entre 1992 e 2009 e que esteve fortemente concentrada entre as mulheres, especialmente aquelas que têm filhos. Isto reflete a melhora da inserção destas mulheres tanto no mercado de trabalho quanto na escola, observada nos últimos vinte anos. Já o aumento recente da condição de nem-nem, entre 2009 e 2012, ocorreu simultaneamente para

homens e mulheres, e foi mais pronunciado entre os indivíduos menos escolarizados, de baixa renda domiciliar e residentes em áreas rurais (CAMARANO e KANSO, 2012; MONTEIRO, 2013; COSTA e ULYSSEA, 2014).

A análise de Monteiro (2013) mostra que quase metade dos jovens na condição nem-nem são mulheres com filhos que estão em casa. Essas mulheres têm níveis de inatividade muito altos (43% em 2011), embora sua participação no mercado de trabalho vem aumentando, como comentado acima. Os dados apresentados por sua investigação sugerem que ter um filho de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, estão na condição nem-nem.

Camarano, Mello e Kanso (2006) também encontraram que o grupo nem-nem era majoritariamente composto por mulheres e que, independente do sexo, predominavam as pessoas de cor parda, com baixa escolaridade, inseridas em domicílios na zona rural, com maior número de crianças no domicílio, renda baixa e onde o chefe de domicílio possuía escolaridade menor. Dentre as mulheres, quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro (CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006).

Simões (2013) estima variações na probabilidade de o jovem estar na condição de nem-nem em função da participação no Programa Bolsa Família (PBF) e identifica alguns dos fatores que afetam aquela probabilidade. No caso das mulheres, maioria dos jovens nem-nem, a presença de filhos de 0 a 3 anos e o casamento (além do nível de renda e da escolaridade) aparecem como fortes determinantes do status de nem-nem, como já foi mencionado para as nem-nem em geral. Esse status para as mulheres é uma condição de longo prazo, não sendo, portanto, uma condição de “ser jovem”, mas de ser mulher em condições de pouca igualdade na relação de gênero.

Na pesquisa de Simões, a oferta de serviços de creche e escola aparece como único entre os fatores analisados, além do nível educacional da mãe, que aparece associado com uma menor probabilidade nem-nem. Simões (2013) conclui que a questão nem-nem no Brasil tem características específicas que sugerem um desenho de política que combine, preferencialmente, suporte de renda às jovens mães e acesso a serviços de Educação Infantil, principalmente para as mães dos dois primeiros quintis de renda, nos quais se acumulam a grande parcela das jovens em condição de nem-nem. Se as jovens já possuem, em média, maior escolaridade que os jovens (mesmo nos quintis de renda mais baixos), há uma perda de oportunidade de ganhos de renda na família quando ela se ausenta do mercado de trabalho por não ter com quem deixar seus

filhos. O aumento da renda familiar via inclusão produtiva da mulher pode favorecer a redução da necessidade de transferências de renda, mas depende da oferta de serviços de atenção à criança na forma de acesso à creche e à pré-escola. Pode representar, ainda, uma possível porta de saída no médio prazo para muitas famílias com crianças participantes do programa Bolsa Família, na medida em que viabilizam o ingresso da mulher em atividades produtivas fora do lar (SIMÕES, 2013).

Costa e Ulyssea (2014) constatam tanto o aumento da escolaridade como aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, como dois fatores importantes na redução da disparidade de ocorrência de nem-nem entre homens e mulheres. De um lado, as mulheres de 15 a 17 anos apresentaram uma redução substancial na proporção de nem-nem, o que é compatível com a crescente e acelerada inclusão escolar das mulheres ao longo dos últimos 10 anos. De outro, as mulheres de 25 a 29 anos apresentaram uma redução de 15 p.p. entre 1992 e 2009 (com leve aumento entre 2009 e 2012), o que deve estar mais associado ao aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e à crescente compatibilização das decisões reprodutivas e de participação no mercado de trabalho. O diferencial tão acentuado entre homens e mulheres de 25 a 29 anos sugere que a maternidade é um fator central para a compreensão dos determinantes do status nem-nem entre as mulheres e, de fato, mostra que há uma diferença muito grande na incidência de nem-nem entre mulheres com e sem filhos (COSTA e ULYSSEA, 2014).

A taxa de inatividade entre as mulheres ainda é bastante superior àquela dos homens. Como notam Camarano e Kanso (2012), parece haver uma dinâmica diferenciada por sexo que gera essas taxas de inatividade, que pode estar relacionada à divisão de trabalho no interior do domicílio. Estima-se que na América Latina 22% das jovens entre 15 e 29 anos se dedicam exclusivamente a afazeres domésticos, representando uma parcela significativa das jovens classificadas como nem-nem. Esta cifra é de apenas 1,4% entre os jovens do sexo masculino (HOPENHAYN, 2012 apud SIMÕES, 2013). A divisão sexual do trabalho e a reafirmação de papéis tradicionais de gênero, que tem como características a designação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva (HIRATA e KERGOAT, 2007), parecem ter importância seminal na compreensão da questão nem-nem.

Jacqueline Laufer (1995 apud HIRATA e KERGOAT, 2007) concebe um “modelo de conciliação” no qual cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar e articular vida familiar/doméstica e vida profissional. Hoje, certos pesquisadores

propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2007). O modelo de delegação, outro apresentado pelas autoras, trata-se de externalizar o trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e familiar a outras mulheres, mais representativo para mulheres mais ricas.

Em grupos onde o papel social da mulher ainda é exclusivamente o cuidado da casa e da educação dos filhos, frente às limitadas possibilidades de se emanciparem economicamente, para muitas meninas a constituição de família e maternidade é uma âncora social para se tornarem adultas. Em estudos dos significados da maternidade em populações de baixa renda, Oliveira (2008 apud FERREIRA *et al.*, 2012) encontra que a família ocupa posição central, enquanto a escolaridade e o trabalho tomam posições periféricas. A autora concluiu que o nascimento, a amamentação, o crescimento e a adolescência constituem-se realidades simbólicas, circunscritas, imaginadas e reproduzidas de diferentes maneiras, dependendo dos contextos socioculturais. Nas palavras da autora: “(...) ainda que a gravidez seja processada no corpo das mulheres, seus significados são construídos com base na experiência social e cultural e variam conforme a classe social, a idade, o gênero, dentre outros fatores”. Muitas vezes conduzidas a papéis de gênero tradicionais desde pequenas – no cuidado de irmãos e parentes – e vítimas da segregação educacional, os horizontes de possibilidades dessas jovens são limitados ao que a comunidade / localidade pode oferecer.

Simões (2013) desagrega seus resultados por cor e encontra que 28% das jovens nem-nem se encontra entre as mulheres pobres e negras e que a maternidade é um fator que, associado com a pobreza, aumenta a probabilidade de a jovem estar fora da escola e do mercado de trabalho, mais ainda se for negra. Como sugerem Monteiro (2013) e MDS (2013), há uma hipótese explicativa, da seguinte forma: a maternidade provocaria a saída da escola e dificultaria o ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Por outro lado, como a taxa de desemprego para as mulheres negras tende a ser relativamente maior do que para as mulheres não negras e os homens em geral, a causalidade poderia ser reversa, ou seja, a alternativa de realização social pelo casamento e/ou maternidade pode tornar-se a opção para esse segmento da população em face das dificuldades de ocupação no mercado de trabalho, o que levaria ao abandono escolar. Nesse caso, a discriminação no mercado de trabalho contra a mulher, jovem, pobre e negra poderia estar contribuindo para que a opção da maternidade

ocorresse antes dos 25 anos e acabasse por determinar uma situação de dependência e inatividade. Além disso, como já mencionado, a maior prevalência de nem-nem associada à pobreza e maternidade sugere também a falta de suporte à mãe pobre para que possa conciliar trabalho e/ou estudo com a maternidade (MDS, 2013).

METODOLOGIA

Este artigo apresenta estatísticas descritivas dos dados da PNAD-2014, com relação às variáveis de condição na família, status de maternidade, cor e raça, faixa etária, sexo e cuidado com afazeres domésticos.

Para fins de delimitação metodológica, como realizado por outros estudos no Brasil, optou-se por utilizar o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) para classificar os jovens com o objetivo de incluir na análise apenas aqueles que não trabalham e não procuram trabalho. Para esta pesquisa, considera-se, então, nem-nem, o/a jovem que se encontrava inativo/a (fora do mundo do trabalho, formal e informal e que não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho) e fora do sistema formal de educação, na semana de referência da PNAD 2014.

Destarte, considerar os nem-nem apenas a partir da sua dupla ausência no campo laboral e escolar, constitui para esta pesquisa um desperdício da experiência social, uma vez que podem esses jovens estar empenhados em outras atividades, inseridos em outras lógicas que transcendem a ética da produtividade pelo trabalho. A categoria nem-nem, defende-se, quando bem utilizada e segregada em sua heterogeneidade inerente, pode ser um interessante instrumento de estudo das desigualdades de classe e de gênero ou, ainda, um bom indicador da estrutural e persistente desigualdade social, para alguns subgrupos mais vulneráveis contidos abarcados pela categoria.

O conceito de nem-nem tem sido uma ferramenta importante para analisar as transições entre escola e trabalho, uma vez que destaca os processos muitas vezes invisíveis, mas que eventualmente estão carregados de fatores que levam à exclusão social. No entanto, a mídia, o senso comum e algumas pesquisas científicas têm considerado que a categoria nem-nem é constituída por pessoas que não *querem* estudar e nem trabalhar. Dessa forma, as pessoas na condição nem-nem são muitas vezes associadas a valores como ociosidade, preguiça, ou em crise de valores (referente ao trabalho como valor ético central) (SERRACANT, 2014).

Outro estigma, esse mais habitual na literatura científica, é aquele de que os jovens nem-nem não participam da vida social e que, por isso, estão com vínculos frágeis e mais vulneráveis. O que de fato pode ser uma falácia, uma vez que ele/ela pode participar de atividades comunitárias, políticas, familiares, voluntárias, artísticas, esportivas, etc, que são invisíveis à estatística e às políticas públicas. Em particular, as jovens mulheres nem-nem, longe não fazer nada, dedicam muitas horas a formas de trabalho invisíveis: o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado (COMARI, 2015).

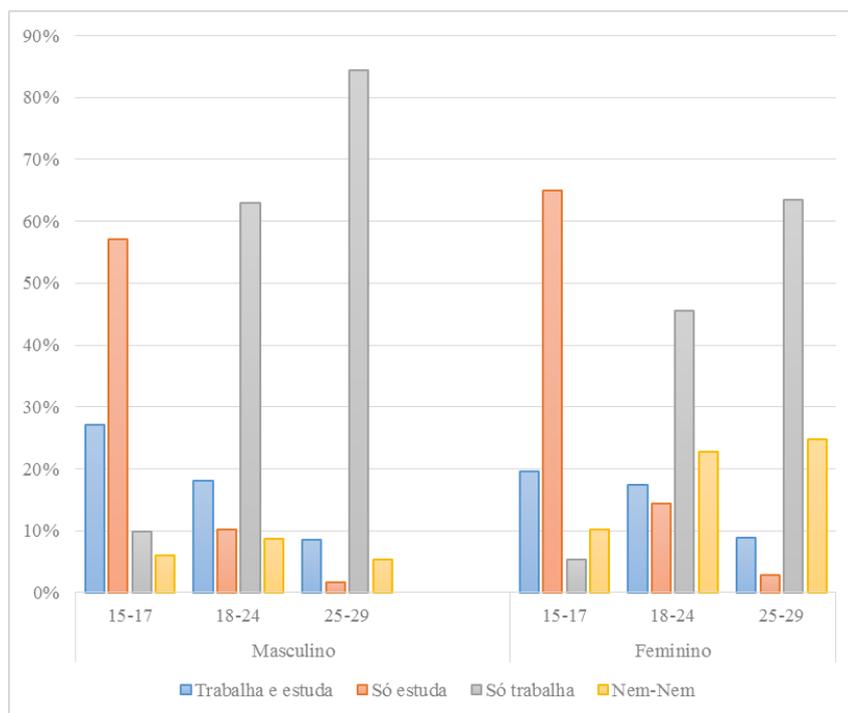
Outro recorte estabelecido e necessário é do conceito de juventude. Optou-se por seguir o conceito de jovem do Estatuto da Juventude, que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. No entanto, é preciso ressaltar que a juventude constitui um momento determinado, ou seja, não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pelas características das trocas e relações que esse meio proporciona. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar as diversidades de modos de ser jovem existentes (PERALVA, 2007; DAYERELL, 2007; CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

RESULTADOS

A PNAD 2014 registrou 48.962.173 jovens de 15 a 29 anos no território nacional, isto é, 24,1% da população total. Desses quase 50 milhões de jovens, 13,9% estavam na condição nem-nem. Dos 6.818.943 de jovens nem-nem, 74,7% eram mulheres. A afirmação de que três quartos dos jovens nem-nem no Brasil são mulheres deve ser ressaltada e deve acompanhar a reflexão para todo o restante dessa análise de dados. A questão de gênero é, portanto, imanente e indissociável da questão nem-nem.

A proporção de mulheres nem-nem é maior para todas as faixas etárias analisadas, com significativo aumento, em relação aos homens na mesma categoria, a partir dos 20 anos. O gráfico 1 apresenta a distribuição de jovens por sexo, faixa etária e categoria de atividade para o mesmo ano.

Gráfico 1 - Proporção de jovens por categoria de atividade, sexo e faixa etária, Brasil - 2014



Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Na dimensão domicílio/família, destaca-se a importância da maternidade como significativo fator explicativo da condição nem-nem. A maternidade atinge 5,9% das jovens que só estudam, enquanto que para as nem-nem, essa proporção chega a 62,8%.

Outra informação interessante é a diferença entre homens e mulheres com relação à presença de cônjuge ou companheiro (a). Enquanto para os homens nem-nem apenas 8,8% vivem com companheira (o), para as mulheres, essa proporção chega a 62,3% (destaque em rosa na tabela 2). Essa mesma proporção é, por consequência, a maior parte das mulheres nem-nem. Interessante também notar que a proporção de jovens que nunca viveu com companheiro (a) é expressivamente maior para a categoria “só estuda”, em comparação à nem-nem.

Tabela 1 – Proporção de jovens mulheres por status de domicílio e faixa etária, segundo categoria de atividade, Brasil – 2014.

Grupo de idade	Teve algum filho nascido vivo	Categoria de atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
15-17	Sim	2,7%	2,1%	19,6%	32,0%	6,2%
	Não	97,3%	97,9%	80,4%	68,0%	93,8%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
18-24	Sim	10,8%	9,0%	33,2%	56,5%	31,1%
	Não	89,2%	91,0%	66,8%	43,5%	68,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25-29	Sim	34,4%	37,7%	56,0%	79,2%	59,3%
	Não	65,6%	62,3%	44,0%	20,8%	40,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	Sim	13,1%	5,9%	43,9%	62,8%	35,1%
	Não	86,9%	94,1%	56,1%	37,2%	64,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Tabela 2 – Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo sexo e presença de cônjuge, Brasil – 2014.

Sexo	Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	Categoria de Atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Masculino	Sim	9,9%	0,7%	39,5%	8,8%	25,3%
	Não, já viveu antes	3,6%	1,9%	8,1%	6,6%	6,1%
	Não, nunca viveu	86,6%	97,5%	52,4%	84,6%	68,5%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Feminino	Sim	16,8%	7,7%	46,0%	62,3%	36,9%
	Não, já viveu antes	7,0%	2,8%	13,4%	9,3%	9,3%
	Não, nunca viveu	76,2%	89,6%	40,6%	28,4%	53,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Outra análise importante é a dedicação para o cuidado com afazeres domésticos. A grande quantidade de jovens nem-nem que se dedicam aos afazeres

domésticos é impressionante, comparativamente ao segmento masculino e a outras categorias de atividade para as mulheres.

Tabela 3 – Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo sexo e cuidado com afazeres domésticos, Brasil – 2014.

Sexo	Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	Categoria de atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Masculino	Sim	48,5%	44,5%	46,5%	38,3%	45,9%
	Não	51,5%	55,5%	53,5%	61,7%	54,1%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Feminino	Sim	79,5%	78,4%	86,5%	90,8%	84,6%
	Não	20,5%	21,6%	13,5%	9,2%	15,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Do cruzamento entre cor da pele e status de maternidade, encontramos que a proporção de mulheres negras que tiveram filhos e são nem-nem é expressivamente maior que aquelas nem-nem que são brancas e tiveram filhos. Em comparação às outras categorias de atividade, para ambas as classificações de cor da pele, a categoria nem-nem é a mais representativa dentre as mães.

Ainda sobre o diferencial de cor da pele, observa-se que a maternidade também ocorre de forma diferenciada para mulheres nem-nem brancas e negras, o que pode indicar faces diferenciadas da questão nem-nem, quanto aos motivos para se encontrar em tal condição. Do total de mulheres nem-nem, 41,7% são mulheres negras que tiveram filho, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Proporção de mulheres nem-nem por cor da pele e status de maternidade, Brasil – 2014.

Teve algum filho nascido vivo	Cor da pele		
	Negra	Branca	Total
Sim	41,7%	21,1%	62,8%
Não	22,4%	14,8%	37,2%
Total	64,0%	36,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Como discutido, a maternidade é um fator associado à condição nem-nem de extrema relevância e, para 2014, essa associação parece se manter forte: 37,2% das jovens brasileiras de 15 a 29 anos que tiveram filhos são nem-nem. Essa porcentagem chega a ser mais expressiva entre as mais novas: das jovens de 15 a 17 anos que tiveram filhos, 52,6% são nem-nem.

Os dados da dimensão domicílio/família evidenciam os aspectos discutidos sobre papéis tradicionais de gênero, notadamente em matéria de casamento/união, maternidade e da divisão sexual do trabalho como elementos centrais na compreensão da questão nem-nem. Destaca-se a expressiva quantidade de jovens mulheres que são cônjuges, com relação à posição na família, e estão na condição nem-nem, em comparação aos jovens do sexo masculino, cuja sua maioria está na posição de filho. Se para as mulheres, à medida que envelhecem aumentam a proporção de cônjuges e diminuem a de filhas (situação típica da transição para vida adulta pela formação de família), para os homens, a posição de filho se mantém, na média, ao longo dos anos. Isto é, os homens nem-nem, mesmo os mais velhos de 25 a 29 anos, ainda não saíram do domicílio de origem, da casa dos pais (75,8%, resultado da soma da situação de filho com “outro parente”), enquanto que entre as mulheres nem-nem, 82,6% saíram de casa para formar famílias ou domicílios (soma da situação de cônjuge e pessoa de referência). Ressalta-se, ainda, a quantidade importante, 22,2%, de mulheres nem-nem que são pessoa de referência no domicílio, conforme exposto na tabela 5.

Tabela 5 – Proporção de jovens nem-nem por sexo e condição na família, segundo grupos de idade, Brasil – 2014.

Sexo	Condição na família	Grupo de idade			Total
		15-17	18-24	25-29	
Homem	Pessoa de referência	2,7%	6,0%	19,6%	8,6%
	Cônjuge	,5%	1,7%	4,4%	2,1%
	Filho	77,9%	78,2%	63,2%	74,5%
	Outro parente	18,1%	13,2%	12,6%	14,0%
	Agregado	,9%	,9%	,2%	,7%
	Pensionista		,1%		,1%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%
Mulher	Pessoa de referência	11,4%	18,3%	22,2%	19,1%
	Cônjuge	31,5%	42,5%	60,4%	48,3%
	Filho	46,9%	31,5%	14,4%	26,4%
	Outro parente	9,1%	6,9%	2,8%	5,6%
	Agregado	1,1%	,7%	,2%	,6%
	Pensionista	,0%	,0%		,0%
	Total		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

De forma complementar, a tabela 6 ilustra que, do universo de nem-nem, aquelas que tiveram filho e são cônjuges compõem a maioria, ou seja, reforça ainda o desempenho do papel tradicional de mãe/cuidadora do lar. Atenta-se para uma porcentagem expressiva de filhas, com relação à sua posição na família, que não tiveram filhos, o que indica outra característica da condição nem-nem; provavelmente, são grupos de mulheres com outras razões para estar na situação nem-nem, diferentes daquelas que transitaram para a vida adulta pela formação de família.

Tabela 6 – Proporção de mulheres nem-nem por status de maternidade e condição na família, Brasil – 2014.

Condição na família	Teve algum filho nascido vivo		
	Sim	Não	Total
Pessoa de referência	16,5%	2,6%	19,1%
Cônjuge	39,4%	8,9%	48,3%
Filha	4,9%	21,5%	26,4%
Outra parente	1,8%	3,8%	5,6%
Agregada	,2%	,4%	,6%
Pensionista	,0%	,0%	,0%
Total	62,8%	37,2%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Como observado anteriormente, 90,8% das mulheres nem-nem exercem atividades de cuidado doméstico. Essa porcentagem chega a 93,5% para aquelas entre 25 a 29 anos. Com o cruzamento das variáveis “teve filho” e “cuidava dos afazeres domésticos”, encontramos que 96% das mulheres nem-nem que tiveram filho exerciam alguma atividade de cuidado doméstico. A diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas normalmente, por semana, aos afazeres domésticos pode ser vista na tabela 7. Observa-se que as mulheres estão majoritariamente nas faixas com maior quantidade de horas que dedicadas aos afazeres domésticos, enquanto que os homens estão distribuídos pelas faixas com menor número de horas. Em resumo, 54,2% das mulheres nem-nem exerciam mais de 26 horas por semana de trabalho doméstico não-remunerado, ao passo que para a mesma faixa de horas, apenas 7,8% dos homens cumpriam essa jornada.

Observa-se também maior concentração de mulheres nas camadas mais pobres: 50,% das mulheres nem-nem estão nas três faixas mais baixas de renda

Tabela 7 - Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos, por sexo, para jovens nem-nem, Brasil – 2014.

Número de horas que dedicava por semana aos afazeres domésticos	Sexo	
	Homem	Mulher
0 a 5 horas	28,0%	3,9%
6 a 15 horas	49,4%	20,6%
16 a 25 horas	14,8%	21,4%
26 a 35 horas	5,0%	21,3%
36 a 45 horas	1,6%	15,9%
Mais de 46 horas	1,2%	17,0%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos contrariam a presunção de ociosidade das pessoas que não estão na escola ou no mercado de trabalho; em particular, as nem-nem, longe de “não fazerem nada”, dedicam muitas horas às formas de trabalho “invisíveis”, em que 90,8% delas se dedicam aos afazeres domésticos e 62,8% delas já tiveram filho (chegando a 79,2% para as de 25 a 29 anos). Os resultados convergem com aqueles discutidos na seção teórica, com relação às mais altas taxas de fecundidade entre as nem-nem e a participação persistente das mulheres nos trabalhos de reprodução da sociedade. Conclui-se, então, que não é possível abordar a vulnerabilidade e o risco como situações fixas para todo o segmento nem-nem, a heterogeneidade é inerente à categoria.

O foco das políticas públicas nos grupos de jovens em maior desvantagem social e mesmo de menor desempenho escolar deve ser assegurado, pois esses são os que enfrentam o maior risco de serem excluídos do mercado de trabalho. Assim, tendem a permanecer por longo tempo, sendo eventualmente absorvidos em formas precárias de trabalho, de baixa qualificação e com baixa remuneração, perpetuando o ciclo de reprodução da pobreza. Articular o sistema de proteção social com as políticas educacionais e de atenção à infância, que ampliem o acesso da mulher ao mercado de trabalho e promovam a permanência dos jovens na escola, com progressão até a

conclusão do ensino médio, parece ser a melhor combinação para enfrentar o desafio dos jovens na condição de nem-nem. (BRASIL, 2013)

A especificidade do problema, no Brasil, que prevalece entre as mulheres – dentre as quais mais da metade são mães e muitas são pobres e negras – sugere que políticas de combate à discriminação no acesso aos postos de trabalho (racial e de gênero) e de apoio às jovens mães com creches e transferência de renda podem ser mais efetivas. Os resultados apresentados por Simões (2013) sugerem, como política complementar às transferências de renda, a oferta de serviços de Educação Infantil, principalmente para as mães dos dois primeiros quintis de renda, nos quais se acumulam a grande parcela das jovens em condição nem-nem. O efeito desses serviços em reduzir as chances de exclusão da mulher da escola e do mercado de trabalho, de um lado, contribuiria para o aumento do capital humano (no caso de permanência na escola das jovens) e, de outro, contribuiria para a geração de renda na família (no caso de ingresso no mercado de trabalho). Se as jovens já possuem, em média, maior escolaridade que os jovens (mesmo nos quintis de renda mais baixos), há uma perda de oportunidade de ganhos de renda na família, quando ela se ausenta do mercado de trabalho por não ter com quem deixar seus filhos. O aumento da renda familiar via inclusão produtiva da mulher pode favorecer a redução da necessidade de transferências de renda, mas depende da oferta de serviços de atenção à criança, na forma de acesso à creche e à pré-escola.

Para reverter a tendência da mulher como principal responsável pelo trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado, é preciso a atuação do Estado e também das empresas e da sociedade, no sentido de reconstruir relações de gênero mais igualitárias, de forma a garantir uma inserção mais democrática para homens e mulheres nos diferentes espaços da sociedade. O quadro que se considera desejável para a sociedade brasileira, a ser alcançado nas próximas décadas, se caracterizaria pelo compartilhamento dos afazeres domésticos entre homens e mulheres, pais, mães, filhas, filhos e outros membros da família – também envolvendo serviços públicos de atendimento a crianças, jovens e idosos (as). Acrescentem-se, ainda, medidas de políticas públicas, legislativas e de empresas visando à conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Esses três fatores que compõem um cenário desejável levariam a uma maior e melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho – sempre com base no princípio da liberdade de escolha pessoal de homens e de mulheres. O modelo é o do

cuidador universal para homens e mulheres e corresponsabilização de Estado, família e mercado no que diz respeito à reprodução social (FONTOURA e BONETTI, 2010).

Os serviços gerados na execução dos afazeres domésticos, por não estarem associados a uma geração equivalente de renda, são desconsiderados como trabalho ativo e com relevante importância econômica. Uma provável interpretação para esse não reconhecimento origina-se na histórica discriminação sofrida pelas mulheres nas diversas sociedades, a quem foi delegada a execução dos afazeres domésticos. Desconhecê-los reforça o conceito de *invisibilidade*, que caracteriza o trabalho doméstico e a inferioridade do papel da mulher na sociedade (MELO *et al.*, 2016). É preciso, portanto, tematizar a questão do trabalho invisível e do significado econômico e social (para além do cultural, imanente aos papéis tradicionais de gênero) do trabalho doméstico não remunerado.

A opção pela transição para a vida adulta pela formação de família precisa ser problematizada, no sentido da liberdade de escolha: essa jovem teve acesso a bens e serviços, mas optou pela vida dedicada ao lar, ou, se foi conduzida a papéis de gênero tradicionais e vitimada pelas desigualdades de acesso? É importante considerar que os horizontes de possibilidades dessas jovens são limitados ao que a comunidade / localidade pode oferecer.

A questão nem-nem no Brasil representa menos uma problemática no campo do mercado de trabalho do que uma questão interseccional entre gênero e classe, à luz das desigualdades sociais. Diferentemente dos países do Norte global, onde a questão nem-nem tem sido vinculada à crise de empregos, no Brasil, a problemática assume face mais complexa e imbricada aos fatores da estrutura social. Tal reflexão é importante para os sentidos que se têm dado ao “fenômeno nem-nem no Brasil”. Antes do uso indiscriminado e generalista da categoria nem-nem, é preciso que se reflita qual o objetivo desse indicador e qual a proposta analítica do uso. É preciso ter em mente que princípios classificatórios operativos às vezes não dão conta da multiplicidade de possibilidades sociais existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. Sair ou não Sair da Casa dos Pais: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias – Brasil 1991, 2000 e 2010. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da, BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?** Boletim Mercado de Trabalho, vol 53, 2012.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 143-176, 2002a

COMARI, Claudio. **Examen de validez teórica e empírica del concepto "jóvenes nini" o "generación nini" en la Argentina del Siglo XXI**. Tesis del doctorado. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2015.

COSTA, J. S. de M.; ULYSSEA, G. **O Fenômeno dos Jovens Nem-Nem**. In: Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros / Organizadores, Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FERREIRA, H.; ARAÚJO, H. E. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

FERREIRA, Rosiane Araújo et al. Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. **Cad. saúde pública**, v. 28, n. 2, p. 313-323, 2012.

FONTOURA, N. e BONETTI, A. Desiguais responsabilidades familiares de homens e mulheres. In: CASTRO, J. A. de *et al.* **Perspectivas da política social no Brasil**. Livro 8. Brasília, IPEA, 2010.

GOLDANI, A. M. **Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil**. In: Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60, p. 211-250, 2004.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Economia e sociedade**, v. 16, n. 3, p. 435-454, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão, caracterização e evolução de 2001 a 2011**. Brasília, 2013.

MONTEIRO, J. **Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho**. FGV/Ibre, 2013. (Texto para Discussão, n. 34).

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 15-24, 1997.

SERRACANT, Pau. A brute indicator for a NEET case: Genesis and evolution of a problematic concept and results from an alternative indicator. **Social indicators research**, v. 117, n. 2, p. 401-419, 2014.

SIMÕES, A. Os Jovens que não Estudam nem Trabalham no Brasil: Uma Análise do Perfil, Determinantes da Condição e Efeitos do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. – N. 6. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013.

TRONTO, J. Mulheres e cuidado: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Org.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-203.

VIEIRA, J. M. **Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sóciodemográficas**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Demografia: Campinas - SP, 2009.